

ENTRE A RUA E A ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DA TRAVESTI DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR EM COLINAS-MA

Rafael Gomes da Silva Carneiro; Brenno Fidalgo de Paiva Gomes

Universidade Federal do Piauí. rafaelgomezcarneiro@gmail.com

RESUMO

Este trabalho integra uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é analisar as questões referentes à construção da identidade travesti dentro do ambiente escolar, observando essa construção sob a ótica discente e docente. Esse questionamento é realizado mediante uma breve contextualização do corpo travesti construído a partir das normas heteronormativas que impõem os limites do que é considerado como normal ou anormal. Analisar-se-á também como essa heterossexualidade compulsória passa a criar um ambiente de transfobia e outras violências que influenciam diretamente na vivência desses corpos travestis dentro do ambiente escolar assim como em qualquer outro meio social. Esse corpo é constantemente impossibilitado de frequentar os meios sociais institucionalizados e são diariamente jogados nas esquinas das ruas para assumir a prostituição como a única forma de emprego possível para elas. Dessa forma, se utilizara a etnografia para mapear as vivências de algumas personagens, espacialmente localizadas na cidade de Colinas-MA. Metodologicamente, objetiva-se a partir de um estudo descritivo e embasado em uma revisão bibliográfica, verificar e conhecer melhor o estilo de vida das personagens selecionadas. A pesquisa se utilizará do método etnográfico, utilizando para isso o ambiente natural das personagens como fonte de dados, utilizando como pressuposto, o entendimento de que o comportamento das personagens é influenciado por contexto e entender esse enquanto referencial no qual esses indivíduos interpretam pensamentos, sentimentos e emoções.

PALAVRAS-CHAVE: Travesti. Escola. Dignidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento e surge de uma observação e questionamento pessoal a respeito de como é possível a naturalização, dentro de uma sociedade ainda engatinhando na aceitação das diferentes expressões de gênero, de travestis e transexuais dentro do ambiente escolar, enquanto professoras das várias etapas do Ensino Básico. Esse questionamento é de certa forma um desdobramento de uma realidade hostil em que corpos travestis são jogados diariamente nas ruas, colocando a prostituição como única forma de trabalho possível para essas pessoas. E também de um movimento recente de empoderamento e retomada pelas travestis de seus lugares de direito dentro de vários âmbitos da sociedade.

Para isso se utilizara a etnografia para mapear as vivências de alguns personagens, espacialmente localizadas na cidade de Colinas, município do Estado do Maranhão. Metodologicamente objetiva-se a partir de um estudo descritivo e embasado em uma revisão

bibliográfica, verificar e conhecer melhor o estilo de vida das personagens selecionadas. A pesquisa se utilizará do método etnográfico, utilizando para isso o ambiente natural das personagens como fonte de dados, utilizando como pressuposto, o entendimento de que o comportamento das personagens é influenciado por contexto e entender esse enquanto referencial no qual esses indivíduos interpretam pensamentos, sentimentos e emoções.

De início, se investigara como se dá o acolhimento das travestis dentro do âmbito escolar, considerando os aspectos que favoreciam e desfavoreciam sua permanência. E assim, observar as experiências relatadas pelas personagens nesse processo. Observando-se, para isso, a ideia de experiência fomentada por Ricardo Miskolci (2009, p. 173)

A antiga valorização da experiência que marcou o surgimento dos Estudos Culturais é revisitada e refinada analiticamente, a partir da percepção de que não são sujeitos que têm experiências, mas, ao contrário, são experiências que constituem os sujeitos. Assim, elas criam sujeitos marcados por processos sociais que precisam ser reconstituídos, explicitados e analisados pelo pesquisador. A invisibilidade da experiência esconde sua criação social e histórica: os sujeitos marcados pela diferença.

Percebe-se hodiernamente um caminhar mais firme em direção à concretização de alguns direitos ainda básicos relativos às travestis, mais recentemente foi autorizado pela Receita Federal a utilização, pelas transexuais e travestis, do nome social nos respectivos CPF's. É importante lembrar que, desde abril de 2016, devido a Decreto assinado pela então presidente Dilma Roussef, ficou estabelecido que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, em seus atos e procedimentos, devem adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento. Essa atual instrução da Receita Federal, visa cumprir tal Decreto.

É importante que se deixe claro, que a travesti se constitui enquanto uma categoria identitária específica, que em algum momento, em uma observação mais simplista, pode se assemelhar a transexuais, mas possui nuances específicas. São assim, sujeitos que não se conformam à designação masculina que lhe é atribuída no nascimento. É ainda necessário que se coloque o corpo travesti enquanto uma identidade travesti diversa de tantas outras, inclusive a da mulher trans. Isso é necessário porque muitas se identificam como travestis e não como mulher, havendo em alguns posicionamentos até uma certa contraposição entre ambos. Esse debate se faz presente quando se observa que o modelo de experiência trans não faz parte da realidade vivida pelas travestis. São vivências e contextos divergentes que perpassam continuamente esses corpos, o

que conseqüentemente cria uma identidade travesti, e essa identificação traz reflexos em um posicionamento político específico. Assim explica Marco Benedetti (2005, p.96).

De fato, a maior parte não se iguala às mulheres, nem tampouco deseja fazê-lo. O feminismo travesti não é o feminino das mulheres. É um feminismo que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre esses polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica dos ingredientes do gênero.

Essa percepção de diferenciação das categorias se torna relevante quando se passa a observar as características específicas de cada grupo, seu contexto social, político e conseqüentemente suas demandas, os quais também serão diferentes. Sendo assim, deve-se evitar uma homogeneização de experiências.

É interessante observar o corpo travesti enquanto um estandarte à subversão desses investimentos regulatórios nos corpos, um corpo que se altera continuamente, se modificando e transformando-se. Assim afirma Butler (2010, p.195) que a “travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos internos e externos, e zomba efetivamente do modelo expressivo de gênero e da ideia de uma verdadeira identidade de gênero”.

A imagem travesti ainda causa um abalo às pessoas, isso acontece porque a própria sociedade não cria meios de inserção desse corpo travesti na rotina do dia-a-dia. Assim, explica Marcos Benedetti (2005, p.132).

É a não adequação aos olhos do senso comum, entre os significados dos seus corpos e os de suas práticas: social e sexual, que confere aos travestis um poder especial ambíguo, uma aura subversiva e perigosa, mas ao mesmo tempo sedutora e libertária.

Assim, por não se colocar dentro desse raio de normalidade imposto por esse conceito binário heteronormativo, a travesti é comumente colocada à margem e associada também à prostituição. Nos espaços institucionalizados, infelizmente, não é comum se observar a presença de pessoas que se identifiquem como travesti. A sociedade diariamente coloca a rua como o único lugar possível para esses corpos. O espaço da prostituição, por exemplo, é visto como o principal lugar de sociabilidade da travesti, de certa forma é onde acontece a construção e transformação de gênero e uma aproximação do feminino. É na rua que a travesti inicia essa transformação e cria sua identidade, é aí que as técnicas são impressas nesse corpo. Como afirma Benedetti (2005, p.116)

É na esquina que os travestis procuram se exhibir, se insinuar e se oferecer de forma a se sentirem atraentes para os desejos dos homens que ali circulam. É na rua que sentem que suas formas corporais e sua performance feminina dão resultado, isto é, são eficientes para que os homens os desejem. Esse espaço é concebido como o principal meio de troca e aprendizado da carreira travesti.



É preciso que se desconstrua essa relação criada entre travesti e prostituição, esse pensamento apenas reforça um processo de exclusão social, submetendo-as a uma situação de não possibilidade de acesso ao processo educativo e até mesmo de atuarem e participarem em esferas sociais publica. O corpo travesti carrega durante toda sua existência uma vasta experiência de exclusão social e estigmatizações. A esse respeito, Anggleton e Parker (2001, p.11-12) afirmam.

O estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistema sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. Em ultima analise, portanto, estamos falando de desigualdade social.

Se as garantias previstas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT fossem realmente efetivadas, funcionariam como um a importante ferramenta no reconhecimento e legitimação da ocupação LGBT em diversos setores sociais, como a escola etc. Dentre as garantias previstas, então as seguintes.

Promover medidas que permitam o uso do nome social de travestis e transexuais no serviço público federal, tanto na administração direta quanto nas autarquias, fundações e empresas públicas. Produzir e/ou estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação para a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiências (Brasil, 2009, p. 31-32).

Dentro desse embasamento teórico, procurei mapear algumas pessoas que se identificassem como travestis ou transexuais dentro do ambiente escolar na cidade de Colinas. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa ainda em seu estado inicial, tratarei dos personagens sem identifica-los. Assim, parto de alguns questionamentos específicos, mais especificamente: como as travestis, residentes do município de Colinas, experienciam/experienciaram a escola? Como foi o seu acolhimento? Como se constituiu o processo de permanência na escola? Quais aspectos favoreceram e desfavoreceram a sua permanência no âmbito escolar? Estas questões nortearam nosso olhar, nossa escrita.

A pesquisa, ainda em fase inicial, se propõe a analisar, dentro de um espaço geográfico delimitado, que são as escolas publicas na cidade de Colinas-MA, as questões anteriormente discutidas. A cidade de Colinas possui cinco escolas públicas: Centro de Ensino João Pessoa, Unidade Integrada Duque de Caxias, Centro de Ensino Maria Jose Macedo, Centro de Ensino Antônio Jorge Dino, Unidade Escolar Hayde Chaves. Dentro desse universo, algumas possuem

todas as etapas da educação básica, com turmas desde o ensino infantil até o ensino médio, algumas apenas ensino fundamental, o que expus na tabela a seguir.

ETAPAS/ ESCOLA	ENSINO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Centro de Ensino João Pessoa	Sim	Sim	Sim
Unidade Integrada Duque de Caxias	Sim	Sim	Não
Unidade Escolar Hayde Chaves	Sim	Sim	Não
Centro de Ensino Maria Jose Macedo	Sim	Sim	Sim
Centro de Ensino Antônio Jorge Dino	Sim	Sim	Sim

Essa divisão se mostrou necessária apenas para demarcar metodologicamente os dados obtidos e traçar talvez uma proporção conforme a etapa de ensino. Isso se mostra real, pois ao observar alguns casos concretos obtidos em campo, me deparei com um de uma professora trans mulher, que atualmente leciona literatura em turmas do Ensino Médio no Centro de Ensino João Pessoa, e que ao ser questionada se em algum momento de sua carreira profissional, ela passou por turmas de outras etapas, a mesma, com um pesar na fala, disse: “Eu sempre tive um sonho de lecionar para crianças, desde que me formei em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, sabia que queria lecionar no Ensino Infantil. Quando passei em um concurso, tentei conseguir algumas turmas no Ensino Infantil na Escola que trabalho atualmente, mas a própria Diretora da Escolas foi bem enfática ao me informar que os pais talvez não aceitariam bem essa novidade no meio escolar.” Essa é uma realidade, mas não a que predomina atualmente.

A partir daí tracei, dentro dessa divisão escolas e etapas de ensino, uma relação da quantidade de professores em cada um desses níveis. É importante ressaltar que todas as pessoas computadas nessas tabelas se identificavam com as identidades de gênero em debate, nesse caso, não utilizei de minha percepção visual para traçar esses personagens.

ETAPAS/ ESCOLA	ENSINO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Centro de Ensino João Pessoa	Não possui professor	Possui 1 professora	Possui 1 Professora
Unidade Integrada Duque de Caxias	Não possui professor	Não possui professor	Não possui professor
Unidade Escolar Hayde Chaves	Não possui professor	Não possui professor	Não possui professor

Centro de Ensino Maria Jose Macedo	Não possui professor	Não possui professor	Não possui professor
Centro de Ensino Antônio Jorge Dino	Não possui professor	Não possui professor	Não possui professor

A partir dos dados me deparei com uma realidade onde não existem professoras travestis ou transexuais no ensino infantil, o que vem a confirmar o testemunho da professora anteriormente citada. Ao buscar alguma possível resposta, questionei os diretores de todas as escolas em estudo, e todos ao responderem demonstraram um certo receio, pois segundo eles, a comunidade escolar e a própria comunidade social não aceitariam essa novidade, pois segundo um deles “Se trata de crianças, que estão em um estágio inicial de formação, que estão formando sua sexualidade, suas ideias, e pra isso precisam de um ambiente neutro, onde não possam ser influenciadas. Então, não seria razoável uma professora travesti lecionando, pois eles não entenderiam essa realidade, poderiam ficar confusos.” Esse, infelizmente, ainda é um discurso recorrente dentro do meio educacional, mas não é o único.

Durante minhas conversas com alguns diretores das escolas em estudo, dois demonstraram essa preocupação, enquanto outros dois informaram que ainda não se depararam com a demanda de professoras travestis ou transexuais dentro do Ensino Infantil, mas que caso tivessem ou no momento que ocorrer, estarão abertos, pois segundo uma das diretoras “A identidade sexual de alguém não é pré-requisito para torna-la uma boa ou bom professor, é sua formação intelectual, e isso eu não preciso decidir sobre. Se alguém, com as devidas qualificações necessárias para o cargo chegam a mim, não cabe a mim decidir se a pessoa está apta ou não por ser travesti ou transexual ou heterossexual. A identidade sexual não interfere no currículo, e é o currículo que me faz contratar alguém.”

A diretora que deu esse testemunho é a que coordena a escola que possui a maior taxa de professores travestis e transexuais lecionando. A forma como ela lida com a temática é inovadora na cidade e bem vista pela maioria. Ao ser questionada sobre essa abertura da sua escola para professores de identidades sexuais diversas, ela é enfática “Eu não lido com isso como uma benfeitoria que eu provavelmente faça para aumentar e respeitar a diversidade aos olhos os outros, o que eu faço é simples e que está ao meu alcance. Eu simplesmente não deixo que preconceitos e ruídos externos me obriguem a não contratar pessoas que sejam travestis ou transexuais, se elas aparecem e possuem um currículo bom, eu contrato, a identidade de gênero não é um ponto a ser observado.”

Dentro dessa realidade, o Centro de Ensino João Pessoa, possui dentro do seu quadro uma professora travesti e outra trans mulher lecionando, física e literatura, respectivamente. Ao conversar com as professoras, todas informaram que sua aceitação dentro do ambiente escolar foi gradativa e construída com muita conversa, nem todos entendiam. Um professora, a qual chamo aqui de Ana diz que “De início foi bastante complicado, pois apesar de ter um incentivo pela direção, nem toda a hierarquia da escola estava preparada para me receber. Lembro que o porteiro me olhava torto no início, a merendeira não respondia ao

meu bom dia. Mas foi uma questão de convivência e conversa. Hoje sou amiga do porteiro, leciono para o filho dele, e almoço na mesma mesa que a merendeira e ainda conversamos sobre novela.” Outra professora, que chamo de Carla também relata sua experiência escolar “Quando comecei a lecionar no Ensino Médio, os alunos se mostraram de início receosos, mas esse receio era mais motivado pela curiosidade. Eles me perguntavam muito sobre o que é ser transexual, travesti, e a partir do momento que eles passaram a entender essa realidade, a convivência se tornou algo bem prazeroso. Hoje discutimos gênero nas aulas e vejo uma geração que está se formando mais consciente, uma geração que conhece e entende o outro.”

A partir desse contraponto, conversei com alguns alunos para buscar a percepção dos mesmos em relação a essa realidade escolar. A grande maioria se mostrou aberta a essa realidade de inclusão dos tidos como desviantes pela sociedade.

Conclui-se, assim, observando-se uma realidade de inclusão que é construída a passos lentos mas consistentes. Durante a pesquisa, constatou-se que com diálogo e conhecimento foi possível construir uma base segura para o entendimento do outro, para a consolidação da alteridade como algo possível e concreto dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGGLETON, P.; PARKER, R. **Estigma, discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro, Abia, 2001.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita: gênero e identidade no corpo travesti**. Anais da II Reunião de Antropologia Del Mercosul, Piriapolis, Nov. 1997.

BUTLER, J. Problemas de gênero. **Feminismo e subversão da identidade**. 3ª Edição. RIO DE Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PERES, William Siqueira. **Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs**. In: GROSSI, Miriam Pillar; BECKER, Simone; LOSSO, Juliana C. M.; PORTO, Rozeli M.; MULLER, R. de C. R. (Org.). **Movimentos Sociais, educação e sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 159-182, jan./jun. 2009.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Editora UNB, 2009.